



ENTREVISTA

Eunice Carvalho

O MP sempre enfrentou obstáculos para exercer suas atribuições

PÁGINA 15

ANPT promove debate entre candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho

O evento foi realizado dia 1º de agosto, na Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília, com a participação dos delegados da Associação, que representaram os associados de todo o país. A eleição foi realizada dia 6 de agosto. O subprocurador-geral do Trabalho Luis Camargo foi o mais votado, encabeçando a lista tríplice enviada ao procurador-geral da República, que o reconduziu ao cargo.

▶ PÁGINA 3



Fotos: Ascom/ANPT

Foto: Agência Senado



Plenário do Senado aprova PEC 75

Após intenso trabalho de articulação das associações de classe do Ministério Público e da magistratura, foi mantida nas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 75 e 53 a garantia da vitaliciedade para os membros das duas categorias, que encontrava-se em risco. As entidades conseguiram, também, de forma expressa, assegurar um tratamento idêntico para ambas as carreiras.

▶ Pagina 7

LEI DE ARBITRAGEM

Tema é debatido com ministro do STJ

Página 4

COMPETÊNCIA PENAL

Relator recebe visita da ANPT

Página 6

Caro Associado,

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), como faz costumeiramente no seu trabalho cotidiano na defesa das garantias, direitos e prerrogativas dos membros do Ministério Público do Trabalho, na promoção dos direitos sociais e em diversas outras frentes de trabalho diuturno de nossa entidade de classe, tem pautado toda essa atuação pelo imprescindível respeito, em todos os momentos, ao princípio democrático. Foi justamente imbuída desse espírito que a Associação promoveu mais um debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho, sem olvidar dos pleitos formalizados junto à Procuradoria-Geral da República para que viesse a ser respeitada a vontade manifestada pelo Colégio de Procuradores do Trabalho, no que, como ocorrido nas outras ocasiões, logramos êxito.

Também como expressão da atuação no Estado Democrático de Direito, há de se chamar a atenção para o árduo e incansável trabalho desenvolvido pelas entidades de classe do Ministério Público e da magistratura para manter, no Senado Federal, a garantia constitucional da vitaliciedade, a qual esteve severamente ameaçada pelas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 75 e 53, sendo de se destacar que o texto aprovado na Câmara Alta do Parlamento manteve expressamente tal garantia, de imensurável relevância para o regime democrático, além de se ter conseguido garantir, também de forma expressa e modificando entendimento inaceitável que chegou a ser discutido no Congresso Nacional, tratamento isonômico para ambas as carreiras.

Ainda nesta edição do informativo da ANPT, tratamos de reunião realizada com o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão para debater a reforma na Lei de Arbitragem, já que o mencionado magistrado preside uma Comissão, composta por 19 juristas, destinada a elaborar uma proposta a ser encaminhada para debate no Congresso Nacional acerca da matéria. Outro dos inúmeros temas relacionados ao Parlamento que têm sido acompanhados de perto pela ANPT diz respeito à reforma do novo Código de Processo Civil (CPC), cujo texto fora recentemente aprovado pela Comissão Especial da Câmara instituída para apreciar o respectivo projeto.

A atribuição da competência penal à Justiça do Trabalho também teve sua discussão aprofundada no último mês pela Diretoria da ANPT, inclusive com reunião realizada com o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 327/2009, deputado Delegado Protógenes, que atribui tal competência à Justiça especializada trabalhista.

Dentre diversos outros compromissos não menos relevantes, a ANPT participou, ao longo do mês de agosto, de variados compromissos institucionais, seja na Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) e em Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs), na Procuradoria-Geral da República (PGR), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, sem olvidar, em momento algum, o acompanhamento e a formulação de diversos pleitos, nas esferas administrativa e judicial, sempre buscando avanços na defesa dos interesses dos Associados.

Confira estas e outras notícias nesta edição do Informativo da ANPT.

Boa leitura!

ANPT participa da reunião da JUSPREV

O diretor da ANPT Marcelo Adriano da Silva participou, dia 25 de julho, da reunião dos Órgãos Colegiados e do Comitê de Investimentos da JUSPREV, que tem a entidade como integrante. O evento aconteceu no auditório da Associação Paranaense do Ministério Público, em Curitiba.

Durante o encontro, foram debatidos assuntos sobre o processo de indicação de membros para composição da diretoria executiva, eleição de membro para compor o Conselho Deliberativo, treinamento dos colaboradores das Instituidoras, aniversário de seis anos da JUSPREV, entre outros temas.

Novos conselheiros para o CSMPT

Foram realizadas, no mês de agosto, eleições para a escolha de novos conselheiros para o CSMPT. No dia 20, o colégio de procuradores do Trabalho elegeu os subprocuradores-gerais do Trabalho Ronaldo Curado Fleury, com 320 votos, e Cristina Aparecida R. Brasileiro, com 212, para ocupar os cargos de membros do CSMPT para o biênio 2013/2015. Posteriormente, foram escolhidos pelo Colégio de subprocuradores-gerais do Trabalho os conselheiros Gustavo Ernani Dantas, Antonio Luiz Teixeira Mendes e José Neto da Silva.

Novo procurador-chefe do MPT na Paraíba é empossado

O procurador do Trabalho Claudio Gadelha tomou posse como chefe do Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) dia 17 de julho. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, realizada no gabinete do então procurador-geral do Trabalho em exercício, Eduardo Antunes Parmeggiani. Entre os destaques do seu plano de gestão, Gadelha anunciou um trabalho conjunto com a sociedade e a construção de novas sedes em Campina Grande e Patos (PB). “Queremos saber quais os principais problemas que temos que enfrentar. Feita essa análise, serão entabuladas ações estratégicas com parceiros”, afirmou o procurador.

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Moraes do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonogo Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "5", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Candidatos ao cargo de PGT participam de debate

Foi realizado, dia 1º de agosto, pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em Brasília, o debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho. O evento, que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), permitiu aos associados da entidade conhecer melhor as propostas de trabalho de cada um deles.

O debate durou mais de três horas e contou, também, com a participação dos delegados da ANPT de todo o país, que puderam fazer perguntas, previamente formuladas no âmbito das suas respectivas Regionais (e na Procuradoria-Geral do Trabalho, além da representação dos associados aposentados), aos candidatos. Disputavam o cargo de procurador-geral do Trabalho os subprocuradores-gerais do Trabalho Luis Antonio Camargo de Melo, Ronaldo Curado Fleury e Eduardo Antunes Parmeggiani. Este último optou por não participar do debate.

A eleição aconteceu dia 6 de agosto. Com 353 votos, o Colégio de Procuradores do Trabalho escolheu o subprocurador-geral do Trabalho Luis Camargo como o mais votado para exercer a chefia do Ministério Público do Trabalho pelos próximos dois anos. O segundo colocado, com 330 votos, foi o subprocurador-geral do Trabalho Ronaldo Curado Fleury e, em terceiro lugar, o subprocurador-geral Eduardo Antunes Parmeggiani, com 61 votos.

Os nomes dos integrantes da lista tríplice votados pelos membros do MPT foram encaminhados ao procurador-geral da República (PGR), que, por sua vez, nomeou o mais votado pela categoria para exercer o cargo, o que foi objeto de pedido prévio e expresso da ANPT. A posse de Luis Camargo, que foi reconduzido, ocorreu dia 22 de agosto.

O evento aconteceu na Procuradoria Geral da República, em Brasília, e

Fotos: Ascom/ANPT



Candidatos durante o debate promovido pela ANPT



Presidente da ANPT em seu pronunciamento durante a posse de Luís Camargo



Procurador-geral do Trabalho em seu discurso de posse

contou com a presença de diversos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram da solenidade.

Em seu pronunciamento, o presidente da ANPT disse que a posse de um procurador-geral do Trabalho é sempre marcada, no âmbito da instituição, de grande simbolismo. “Se, por um lado, não há, nem deve haver, ruptura com o trabalho que vem sendo feito pela administração que se encerra, por outro, é um momento de renovar

as energias, de trazer novas ideias, sentimentos, razões, opiniões, experiências, que vão se agregar ao que já foi realizado”, enfatizou.

Azevedo Lima ressaltou também que nem sempre as visões da entidade e da Administração do MPT coincidirão. “Esperamos, contudo, que o farol da busca do bem comum, inegavelmente perseguido por todos nós, nos ilumine para que as eventuais divergências venham a ser superadas da melhor maneira possível, até porque estamos, e estaremos sempre, em última análise, irmanados na busca de um mesmo objetivo: o fortalecimento da categoria formada pelos membros do MPT, sem perder nunca de vista o propósito de que isso deve ser tido como instrumento para a realização das mais nobres missões que nos foram conferidas pela Constituição da República”, destacou.

O procurador-geral do Trabalho, por sua vez, agradeceu a toda categoria pelos votos recebidos durante o processo eleitoral e, também, ao procurador-geral do República pela confiança nele depositada nas duas vezes em que o nomeou para o cargo de PGT. Segundo ele, os membros da instituição, ao o escolherem para a recondução, “confiaram em uma proposta de engrandecimento e crescimento do Ministério Público do Trabalho, baseados tão somente no trabalho cotidiano de todos os membros do MPT”.

Ele destacou, também, que ainda que o procurador-geral do Trabalho seja o mesmo, a nova administração não será a mesma e, sim, melhor. “Nós daremos cumprimento, atenderemos a esse comando dos membros do MPT de forma democrática e transparente. O MPT é uma instituição social e vamos tentar garantir essa evolução e aprimoramento”. **N**

Ministro Luis Felipe Salomão debate reforma na Lei de Arbitragem com a ANPT

O ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), recebeu, dia 5 de agosto, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, para tratar da reforma na Lei de Arbitragem e Mediação (Lei 9.307/96). O ministro preside uma comissão de 19 juristas instalada em abril deste ano, e está trabalhando na elaboração de uma proposta que vai ser encaminhada para debate no Congresso Nacional.

Durante o encontro, o presidente da ANPT falou da preocupação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) com a possibilidade de se estender a arbitragem aos dissídios trabalhistas, inclusive os individuais. “Não é razoável, segundo a nossa ótica, que a arbitragem se dê em dissídios trabalhistas individuais, notadamente por se tratar da discussão de direitos de hipossuficientes, a qual não pode ocorrer no âmbito de uma Comissão de Arbitragem, sendo imprescindível para tais casos, pois, a efetiva participação do Poder Judiciário, ainda mais quando se considera o caráter alimentar das verbas trabalhistas”, ressaltou Azevedo Lima.

O presidente da Comissão elogiou a preocupação dos membros do MPT e explicou que ainda não há deliberação definitiva sobre a questão no âmbito da Comissão, mas o que se discute é pela não utilização da arbitragem nos



Reunião aconteceu no gabinete do ministro

Fotos: Ascom/ANPT

dissídios individuais trabalhistas, salvo para os cargos de gestão e condicionada tal situação à manifestação expressa do trabalhador. Sobre isso, Azevedo Lima ressaltou, novamente, a preocupação com o possível mascaramento de situações fáticas, atribuindo o suposto poder de mando a trabalhadores que, na realidade, “têm indiscutível subordinação em relação ao seu empregador, além do fato de que a manifestação expressa do trabalhador, dada sua situação de hipossuficiência, não é garantia de resguardo dos seus direitos”.

O ministro reiterou que ainda não há posição definida na Comissão, mas que, caso

venha possibilitar a arbitragem nos dissídios individuais trabalhistas, tal situação ficaria restrita à hipótese de se estar diante de diretor assim reconhecido nos atos constitutivos e nos estatutos da empresa.

Ainda na oportunidade, foi informado ao ministro que foi instituída, no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União, uma Comissão com a participação de membros do MPT, do MPDFT e do MPF, com o objetivo de apresentar sugestões ao novo anteprojeto de lei de arbitragem e mediação, as quais já teriam sido concluídas pela Comissão e deverão ser encaminhadas à Comissão por intermédio do procurador-geral da República. **N**

Comissão Especial da Câmara aprova texto do novo CPC

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC) (PL 8046/10) aprovou, dia 17 de julho, o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Paulo Teixeira (PT/SP). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou os trabalhos da Comissão.

O projeto do CPC determina as regras de tramitação de todas as ações não penais, o que inclui Direito de Família, Direito de Trabalho, Direito do Consumidor e ações de indenização, entre outros. A justificativa do substitutivo ao Projeto de Lei 8.046/2010 e dezenas de outros apensados, apresentado pelo relator, foi no sentido de evitar perda de direitos.

A Comissão aprovou quatro destaques. Dois deles, apresentados pelo PMDB, tratam de normas para os tribunais marítimos. Os deputados também aprovaram um terceiro destaque do PMDB, com o objetivo de deixar claro na proposta que as partes da ação individual serão ouvidas antes que ela seja convertida em ação coletiva. A conversão de ação individual em coletiva é uma das inovações incluídas pela Câmara no novo CPC. Outro destaque aprovado, apresentado pelo PSC, incluiu no texto a separação judicial em todos os dispositivos que tratem de divórcio, para manter a separação como uma opção ao casal.

Prêmio CNMP contempla os 24 melhores projetos

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou, dia 6 de agosto, em Brasília, a solenidade de entrega do Prêmio CNMP. O evento foi criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.

Das 414 iniciativas concorrentes, 24 foram contempladas com primeiro, segundo e terceiro lugar nas seguintes categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade e Corrupção; Unidade de Eficiência e Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacio-

Fotos: Ascom/ANPT



Presidente da ANPT entregou menção honrosa pelo projeto PCD Legal

namento; Profissionalização da Gestão; e Tecnologia da Informação. Além disso, 11 projetos mereceram menção honrosa.

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas estiveram presentes no evento. Azevedo Lima, por sua vez, entregou a menção honrosa dos gestores Djailson Martins Rocha (pro-

curador do Trabalho) e Wendel Luís Táboas, pela iniciativa PCD Legal. Trata-se de uma biblioteca virtual com conteúdo acessível a todos com o objetivo de oferecer o conhecimento sobre temas importantes para o desenvolvimento da cidadania.

Já o prêmio de segundo lugar, na categoria Indução de Públicas, com o tema Políticas Públicas de combate

ao trabalho infantil, foi entregue ao gestor do projeto, procurador do trabalho Rafael Dias Marques.

Vale lembrar, que o diretor de assuntos jurídicos da ANPT, José Cláudio Monteiro de Brito Filho, fez parte da Comissão Julgadora, representando a entidade, o que foi acompanhado, também, pela vice-presidente, Daniela Varandas. **N**

Ministério Público discute realização da Copa do Mundo

Foi realizada, dia 15 de agosto, na sede do CNMP, a solenidade de abertura do III Seminário do Fórum Nacional de Articulação do Ministério Público na Copa do Mundo. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou o evento, que teve a participação do ministro de Esporte, Aldo Rebelo, bem como de diversos conselheiros do CNMP, entre eles o representante do MPT no Conselho, o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Coelho.

Entre os temas abordados no Seminário, estavam as manifestações sociais durante a Copa e a atuação da polícia, a remoção

de famílias para a realização das obras, a fiscalização de gastos públicos e a garantia dos direitos dos torcedores e consumidores.

O Fórum Nacional de Articulação das Ações do MP na Copa do Mundo é um espaço institucional que visa à troca de experiências e de informações entre os vários ramos do Ministério Público. Tem o objetivo de aprimorar, coordenar e otimizar a fiscalização de obras, serviços e outros empreendimentos públicos voltados para a realização da Copa do Mundo no Brasil, além de estudar e conceber ações para garantir os direitos do consumidor e do torcedor. **N**

Diretoras da ANPT participam de reunião da FNPETI

A diretora de assuntos sociais e eventos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Alice Borner, participou, dia 31 de julho, da 2ª reunião da Coordenação Colegiada de 2013 do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em Brasília. Além dela, a diretora da entidade Cândice Gabriela Arósio também participou do encontro, que apresentou, entre outros assuntos, um balanço das mobilizações do dia 12 de junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil. O tema da campanha deste ano foi “Com Educação, Nossas Crianças Aprendem a Escrever um Novo Presente, sem Trabalho Infantil”.

Durante o evento, as entidades integrantes fizeram ainda avaliação da Caravana do Norte contra o Trabalho Infantil e apresentaram um redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O planejamento de novas mobilizações, seminários e encontros também foram discutidos pela coordenação do FNPETI. Os informes sobre a III Conferência Global sobre



Reunião fez um balanço das atividades do dia 12 de junho

Trabalho Infantil - MTE, que acontece em Brasília, entre os dias 8 e 10 de outubro, também foram abordados. O coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho (MPT), procurador do Trabalho Rafael Dias Marques, também esteve presente na reunião. **N**

PEC que trata da atribuição da competência penal à Justiça do Trabalho é tema de reunião com relator

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 7 de agosto, de reunião com o deputado Delegado Protógenes (PCdoB/SP) para tratar sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 327/2009, que atribui a competência penal à Justiça do Trabalho, e solicitar que a matéria seja apreciada com a maior brevidade possível, dada a sua relevância para a efetivação dos direitos trabalhistas e o combate às fraudes em tal seara. O vice-procurador-geral do Trabalho, Eduardo Parmeggiani, acompanhou o presidente da ANPT no encontro. O parlamentar já havia apresentado o seu voto favorável à proposta.

A PEC, de autoria do deputado Valtenir Pereira (PSB/MT), visa a conferir competência penal especialmente em relação aos crimes contra a organização do trabalho, os decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, a redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano. A proposta revoga parcialmente o art. 109 da Constituição, retirando a competência dos Juízes Federais de processar e julgar crimes contra a organização do trabalho, transferindo para a Justiça do



Azevedo Lima falou sobre a importância da PEC para a efetividade dos direitos sociais

Trabalho a competência penal em tais casos, pretendendo-se o deslocamento por afinidade e pertinência da matéria.

O presidente da ANPT ressaltou ao deputado a importância de se garantir tal competência, inclusive como forma de dissipar toda e qualquer discussão quanto à atribuição dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) para o ajuizamento de ações penais nas quais em que se esteja diante de crimes relacionados ao trabalho humano. “Nós defendemos o seu parecer da maneira como ele fora apresentado, dado que aborda todas as questões envolvendo essa relevante temática, deixando clara a relevância da aprovação da matéria, de

modo que ajudaremos no que for preciso para que a votação se dê o quanto antes”, enfatizou o dirigente da Associação.

Segundo o relator, de fato, não há no texto da proposta motivo para a matéria não ser aprovada na CCJ da Câmara. Ele lembrou que as justiças Estadual, Militar, Eleitoral e Federal têm competência não apenas cível e administrativa, mas também a pertinente ao crime, razão pela qual não é lógico excluir tal competência da Justiça Trabalhista nem muito menos deixar de considerar a atribuição dos membros do MPT para atuar em tais casos. Alguns dias após a reunião, a PEC foi formalmente incluída na pauta da CCJ da Câmara dos Deputados **N**

ANPT enfatiza a necessidade de garantia da segurança dos agentes que combatem trabalho escravo

A ANPT divulgou, dia 25 de julho, nota pública por meio da qual manifestou o seu repúdio e a sua indignação em relação a ameaças à vida e à integridade física do Juiz do Trabalho Jônatas dos Santos Andrade, com atuação na região de Marabá-PA, as quais foram divulgadas no dia anterior e que, para além da gravidade da situação em si, “representam precedente extremamente preocupante e um perigoso e inadmissível atentado ao Estado de Direito, afetando, de maneira direta, todos os órgãos e instituições envolvidas na defesa e na promoção dos direitos humanos e, de forma especial, no combate ao trabalho escravo e a toda e qualquer afronta à dignidade humana”.

No texto, a entidade enfatizou a imprescindibilidade de serem adotadas todas as medidas preventivas necessárias

à garantia da segurança do magistrado ameaçado, assim como para qualquer membro da instituição, ou trabalhadores e demais pessoas que, por denunciarem a prática do trabalho em condições análogas às de escravo, têm sofrido ameaças, situação que já levou, inclusive, à desistência de ações judiciais anteriormente ajuizadas tratando desse relevante tema, dado o receio de represálias. “Esclarece a ANPT, ademais, já ter manifestado oficialmente sua preocupação e as questões aqui apontadas em ofícios remetidos ao Ministro da Justiça, ao Governador do Estado do Pará, ao Diretor-Geral da Polícia Federal, ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará e ao Superintendente da Polícia Federal no Estado do Pará”, ressalta a entidade na nota.

Plenário do Senado aprova PEC 75

O Plenário do Senado aprovou, dia 6 de agosto, sem nenhum voto contrário nem qualquer abstenção, com 64 votos favoráveis no primeiro turno e, após a quebra de interstício, 62 no segundo, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 75 e 53, que se referiam a penas disciplinares para juízes e membros do Ministério Público que cometam falhas graves, como envolvimento com corrupção. Os senadores decidiram suprimir o interstício constitucional entre os dois turnos de votação. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, estiveram presentes na votação da proposta no Plenário do Senado.

No texto, está garantida a manutenção da vitaliciedade para os membros do Ministério Público e do Poder Judi-



Fotos: ASCOM/ANPT

Plenário do Senado

ciário, bem como, de forma expressa, um tratamento idêntico para ambas as carreiras, diferentemente do que previa a redação original das PECs, na qual se afrontava a vitaliciedade, tendo sido modificada após intenso trabalho de articulação das entidades de classe das duas carreiras, entre elas a ANPT, com apoio, durante todo o processo legislativo, do senador Blairo Maggi (PR-MS), bem como de outros parla-

mentares, a exemplo dos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Pedro Taques (PDT-MT).

Na manhã do mesmo dia, inclusive, a diretoria da ANPT, acompanhada de representantes das entidades de classe do MP e da magistratura, esteve também em reunião com o senador Maggi, relator das propostas, para estudar as medidas a serem tomadas para se garantir a manutenção do texto elaborado pelo senador. Nessa ocasião foi discutida a supressão de partes do texto cuja discussão havia acontecido no Plenário do Senado antes do término dos trabalhos do Legislativo do primeiro semestre deste ano, especialmente nas partes em que se cuidava da possibilidade de aplicação de pena de suspensão por até 90 dias por decisão dos Conselhos Nacionais alusivos às duas carreiras. **N**

Relatora da PEC que trata da vitaliciedade dos membros do MP e da magistratura recebe visita da ANPT

Integrantes das entidades de classe do Ministério Público (MP) e da magistratura, entre eles o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, estiveram reunidos, dia 13 de agosto, com a deputada Sandra do Rosado (PSB-RN), relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 291/2013. A PEC, cuja origem é proveniente da 75/2012 e 53/2012 (objeto de recente aprovação pelo Senado Federal), está apensada à PEC 505/2010 e estabelece o fim da aposentadoria compulsória para membros do Ministério Público e da magistratura como forma de punição disciplinar. A parlamentar é relatora da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Durante a reunião, o grupo conversou com a deputada para que ela mantenha o texto da PEC aprovado no Senado, na linha do relatório apresentado pelo Senador Blairo Maggi (PR-MT), cuja redação mantém as prerrogativas constitucionais das categorias no que diz respeito à vita-



Fotos: ASCOM/ANPT

Integrantes das entidades de classe do MP e da magistratura reunidos com a relatora da PEC

liciedade. O grupo salientou, inclusive, a negociação ocorrida naquela Casa até que se chegasse a um texto de consenso.

Segundo o presidente da ANPT, “o texto ao qual se chegou, após amplos, intensos e reiterados debates com senadores de todos os partidos, mantém a vitaliciedade, que, longe de representar

um privilégio, constitui uma garantia inquestionável e irrenunciável da própria sociedade, sem que se possa falar, em momento algum, nos moldes em que restou acordado no Senado Federal, em suposta, e inexistente, possibilidade de se beneficiar aqueles que cometem atos ilícitos”. **N**

ANPT participa de reunião anual da CCR com as coordenadorias Codin e Custos Legis

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram, dia 12 de agosto, da abertura da reunião anual da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) com as coordenadorias Codin e Custos Legis, do Ministério Público do Trabalho (MPT). Procuradores do Trabalho de todas as regiões do país participam do encontro, que teve duração de dois dias.

Em sua manifestação, Azevedo Lima ressaltou a relevância dos temas discutidos na reunião, lembrando, inclusive, que já integrou, há alguns anos, o Núcleo de Estudos para Apoio às Decisões da CCR, período no qual, segundo ele, “pôde observar mais de perto a importância da Câmara e dos temas cuja discussão é ali aprofundada para o MPT, seus membros e para toda a sociedade”. **N**



Azevedo Lima durante seu pronunciamento



Associados da ANPT de todo o Brasil estiveram em Brasília e participaram da reunião

Fotos: ASCOM/ANPT

Notas públicas divulgadas pela ANPT repudiam atos da SRTE da Paraíba, de Rondônia e do Paraná

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) divulgou notas públicas por meio das quais a entidade demonstrou sua irrisignação com atos das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego nos Estados de Rondônia (SRTE-RO), Paraíba (SRTE-PB) e Paraná (SRTE-PR), que suspenderam a atribuição dos Auditores-Fiscais do Trabalho com atuação em tais Unidades Federativas para interditar estabelecimentos, serviços, máquinas e equipamentos e embargar obras quando constatada situação de grave e iminente risco para a saúde ou segurança do trabalhador.

Nas notas, a ANPT destaca que, ante a grave realidade atualmente existente em rela-

ção a acidentes de trabalho no Brasil, “não há como se reputar razoável que venham a ser adotadas providências que, ao invés de colaborar, prejudiquem significativamente o trabalho desenvolvido pelos agentes de inspeção do trabalho na defesa do meio ambiente do trabalho, sendo exatamente essa a hipótese que se verifica nos casos concretos, a qual ora se repudia expressa e veementemente”.

A ANPT ressaltou, ainda, a necessidade de ser reconhecida, como já se dá em praticamente todo o território nacional, a atribuição dos Auditores-Fiscais do Trabalho para, quando se estiver diante de situação de grave e iminente risco para a saúde e a segurança de trabalhadores, interditar

estabelecimentos, serviços, máquinas e equipamentos e embargar obras, como medida necessária para que seja conferida efetividade ao mandamento insculpido na Constituição Federal, que insere como direitos fundamentais a serem resguardados a saúde, a segurança e o meio ambiente do trabalho.

A entidade também manifestou oficialmente seu posicionamento quanto às questões apontadas nas notas por meio de ofícios remetidos ao ministro de Estado do Trabalho e Emprego, aos superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego nos Estados já mencionados e à presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT). **N**

Senado aprova indicação de Rodrigo Janot para PGR

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, dia 29 de agosto, a indicação de Rodrigo Janot Monteiro de Barros para ocupar o cargo de procurador-geral da República. Ele obteve 22 votos favoráveis e 2 contra na Comissão. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou a sabatina, junto aos subprocuradores-gerais do Trabalho Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Antonio Luiz Teixeira Mendes, Ronaldo Curado Fleury, Heloisa Maria Moraes Rego Pires, que é ouvidora do MPT, Jeferson Luiz



Rodrigo Janot teve seu nome aprovado pelo Senado

Pereira Coelho, representante do MPT no CNMP, e do procurador Regional do Trabalho Mauricio Correia de Melo.

Após a aprovação pela CCJ, a matéria seguiu para apreciação do Plenário para votação em regime de urgência, tendo sido aprovado em 10 de setembro. Durante a sabatina, Janot ressaltou que seu mandato será regido pela diálogo e que o Ministério Público não deve isolar-se do convívio institucional. “O diálogo a que me proponho pretende tirar arestas na atuação institucional com os diversos órgãos. Essa interlocução será feita por membros do Ministério Público e o procurador-geral estará inteirado do que se passa por meio de relatório diário”, assegurou. **■**

Conselho Nacional de Justiça tem nova composição

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, compareceram, dia 27 de agosto, à solenidade de posse dos oito novos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. Assumiram as vagas a desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Ana Maria Duarte Amarante Brito; o juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRT 1) Saulo José Casali Bahia; o desembargador do

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT 4) Flavio Portinho Sirangelo; a juíza do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) Deborah Ciocci; o juiz trabalhista do Distrito Federal Rubens Curado Silveira; o advogado Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira e o consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira.

O promotor de Justiça Gilberto Valente Martins foi reconduzido e tomou posse para o seu segundo mandato na mesma solenidade.

Tramitação do PL da terceirização é acompanhada pela ANPT na CCJ da Câmara

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram, dia 13 de agosto, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mais uma vez, para acompanhar a tramitação do Projeto de Lei 4330/2004, que tem por objetivo regulamentar a terceirização. Após intensa movimentação na Comissão e a falta de um acordo entre centrais sindicais, governo e Congresso a respeito da regulamentação, a votação foi adiada. Havia

previsão da matéria ser votada no dia seguinte, mas, sem acordo e, principalmente, ante uma forte mobilização de um grande contingente de trabalhadores, os quais demonstraram na Câmara sua insatisfação com o texto proposto pelo Governo, novamente, a reunião foi cancelada.

Para o presidente da entidade, embora seja imprescindível uma normatização que freie a precarização das relações de trabalho, tal como se constata cotidianamente na realidade do trabalho terceirizado, ela não pode acontecer

em despeito da garantia de condições dignas de trabalho. “É necessário vedar a terceirização para atividade-fim, assim como exigir a responsabilização solidária de todos os integrantes da cadeia produtiva, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente do trabalho e às normas referentes à saúde e à segurança dos trabalhadores”, reforçou. Azevedo Lima ressaltou, também, que é importante tratar da adequação do enquadramento sindical, para viabilizar a organização dos trabalhadores e a luta por seus direitos e garantias. **■**

Colégio de delegados e diretoria da ANPT realizam reunião conjunta em Brasília

O Colégio de Delegados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), juntamente com a Diretoria da entidade, esteve reunido, dia 31 de julho, em Brasília, para acertar os últimos detalhes sobre o debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho, que aconteceu na manhã do dia 1º de agosto. O grupo discutiu também outros assuntos importantes para a ANPT e seus associados, como a questão referente ao patrocínio pela Associação de eventos de caráter institucional e a formalização de convênios de âmbito local.

Durante a reunião, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, falou sobre como seria a dinâmica do debate, bem como sobre o seu regulamento. Logo depois, os participantes organizaram as perguntas que seriam feitas aos candidatos no debate. Os delegados representaram, na ocasião, os associados da entidade nas Regionais e, nesse sentido, trouxeram



Delegados e diretoria da ANPT reunidos

Foto: Ascom/ANPT

as perguntas das respectivas Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs), da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) e dos associados aposentados.

O grupo discutiu, também, os convênios locais com entidades e empresas, bem como o patrocínio pela ANPT de eventos de caráter mais institucional, tais como inaugurações de sedes de PRT's e PTM's, posses de Procuradores-Chefes e outros eventos assemelhados.

No dia anterior, a diretoria da ANPT já estava reunida, na sede da entidade, para tratar de outras questões referentes

à Associação, como a realização do 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), que acontecerá em novembro, na Praia do Forte, na Bahia. O grupo discutiu, também, as primeiras providências para o XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que ocorrerá em abril de 2014, o acompanhamento de processos no Supremo Tribunal Federal e no Conselho Nacional do Ministério Público, matérias de interesse da categoria e da sociedade em trâmite no Congresso Nacional, entre outros relevantes temas. **N**

Grupo de Trabalho Seguro do TRT-10 discute metas de 2013 com a participação da ANPT

O Grupo Interinstitucional do Programa TRT-10 de Trabalho Seguro (Getrin 10) reuniu-se, dia 26 de agosto, em Brasília, para tratar do andamento das metas do grupo, assim como definir as primeiras providências necessárias para a realização de evento que irá debater a segurança e a saúde dos trabalhadores do setor de transportes. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da reunião representando a entidade e o procurador do Trabalho Valdir Pereira da Silva, o Ministério Público do Trabalho (MPT).

O evento deverá ocorrer no final de novembro, em Palmas (TO), e tem entre os seus objetivos levar informações para a categoria de trabalhadores do setor de transporte, assim como esclarecer dúvidas relacionadas ao trabalho e às normas de saúde e segurança laboral, com a busca de intensificação de medidas preventivas sobre a questão, tendo em vista a realidade constatada atualmente, com grande número de acidentes



Grupo de trabalho definindo as primeiras providências sobre evento de saúde e segurança dos trabalhadores

Foto: Ascom/ANPT

de trabalho. Deverá ser elaborada, ainda, uma cartilha com os principais esclarecimentos relacionados ao tema.

As metas do Getrin também foram abordadas durante a reunião, na qual seus coordenadores tiveram a oportunidade de relatar o que está sendo feito dentro de sua área de atuação. **N**

Conselho Nacional do MP empossa conselheiros para o biênio 2013-2015

Foram empossados, dia 12 de agosto, oito conselheiros para Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dentre eles, o representante do Ministério Público do Trabalho no CNMP, o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Coelho, que foi reconduzido ao cargo. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, acompanharam a solenidade, realizada na Procuradoria Geral da República.

Durante a cerimônia, o então presidente do CNMP, Roberto Gurgel, afirmou que o Conselho, apesar de ser uma instituição ainda jovem, tem prestado serviços relevantes ao Ministério Público e à sociedade brasileira. Segundo ele, um dos grandes desafios do MP e do próprio Conselho é promover a união do Ministério Público brasileiro.



Fotos: Ascom/ANPT

Posse aconteceu no auditório da PGR



Diretoria da ANPT cumprimentou o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Coelho

Além de Jeferson Coelho, também foram reconduzidos os conselheiros Jarbas Soares Júnior, procurador de Justiça

do Ministério Público de Minas Gerais, e Alessandro Tramujas Assad, procurador de Justiça do Ministério Público de Roraima, em duas das três vagas destinadas aos MPs Estaduais.

Para primeiro mandato, foram empossados o procurador de Justiça Militar Antonio Pereira Duarte,

representando o Ministério Público Militar; o promotor de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso Marcelo Ferra de Carvalho, na terceira vaga dos MPs Estaduais; o promotor de Justiça no DF Cláudio Henrique Portela do Rego, representante do MP do Distrito Federal e Territórios; o juiz federal Alexandre Berzosa Saliba, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ); e o advogado Esdras Dantas de Souza, em uma das duas vagas destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). **N**

CNMP elege corregedor nacional e presidentes das comissões

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) elegeu, dia 20 de agosto, durante sessão extraordinária, o novo corregedor nacional do Ministério Público, os presidentes das comissões permanentes e o representante da instituição na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). O conselheiro e procurador de Justiça Alessandro Tramujas, que ocupa uma das vagas no Conselho destinadas ao Ministério Público estadual, foi eleito, por unanimidade, o novo corregedor nacional do MP. Para assumir a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro foi escolhido, também por unanimidade, o representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) no CNMP, o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho. O presidente da

Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, acompanharam a sessão.

CONFIRA COMO FICARAM COMPOSTAS AS COMISSÕES DO CONSELHO:

- Controle Administrativo e Financeiro:** Jeferson Coelho
- Infância e Juventude:** Luiz Moreira
- Preservação da Autonomia do Ministério Público:** Marcelo Ferra
- Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública:** Mario Bonsaglia
- Planejamento Estratégico:** Cláudio Portela
- Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência:** Esdras Dantas
- Defesa dos Direitos Fundamentais:** Jarbas Soares **N**

Empossados dois novos conselheiros do CNMP

Tomaram posse, dia 27 de agosto, os dois novos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Leonardo de Farias Duarte e Walter de Agra Júnior, para o biênio 2013-2015. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram da cerimônia, realizada na sede do Conselho.

Leonardo de Farias Duarte foi indicado para a vaga do Supremo Tribunal Federal no Conselho. Ele substituirá a conselheira Taís Ferraz, cujo mandato terminou no dia 10/8. Já Walter de Agra Júnior é um dos dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil no CNMP e assumirá em substituição ao conselheiro Adilson Gurgel, que encerrou seu mandato no dia 23/8.

ANPT participa de posse do ministro Cláudio Brandão no TST

Mais de 500 pessoas assistiram à ratificação de posse de Cláudio Brandão como ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), dia 27 de agosto. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Tribunal, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, e contou com a presença de ministros do TST e de outros Tribunais Superiores. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o diretor de assuntos legislativos da entidade, Alberto Balazeiro, juntamente com o procurador-chefe do MPT na Bahia, Pacífico Antonio Luz Rocha, e do vice-procurador-geral do Trabalho, Eduardo Parmeggiani, participaram da solenidade.

Brandão foi juiz substituto em várias das então Juntas de Conciliação e Julgamento e em Varas do Trabalho na Bahia



Presidente da ANPT acompanhou a solenidade

Foto: TST

e, em abril de 2004, tomou posse como desembargador no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Exerceu a vice-presidência da Associação Nacio-

nal dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). No TST, ocupa a vaga originária da aposentadoria do ministro Horácio Raymundo de Senna Pires. **▮**

Associados da ANPT são agraciados com a comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco

Foi realizada, dia 30 de agosto, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª região, a solenidade de entrega das comendas da Ordem do Mérito de Dom Bosco. As honrarias dividem-se em cinco graus: Grande Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que agraciou dois membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e associados da ANPT. O procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, foi agraciado com a medalha na categoria Grande Cruz. Já o procurador do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta, recebeu o prêmio no grau “Grande Oficial”.

Criada em 11 de setembro de 1991 pelo desembargador Bertholdo Satyro e Souza para comemorar os 10 anos de instalação do Tribunal, a Ordem do Mérito de Dom Bosco destina-se a agraciar personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça do Trabalho, especialmente à 10ª Região.

Este ano, 48 personalidades receberam a honraria, entre ministros, magistrados, procuradores, advogados, parlamentares, autoridades de governo, professores e servidores públicos. Os homenageados foram indicados pela presidente e grã-mestra do conselho da comenda – desembargadora Elaine Vasconcelos, pelos demais membros do conselho e também pelos desembargadores do TRT10. **▮**



Sebastião Caixeta foi agraciado com a medalha na categoria Grande oficial

FOTOS: ASCOM / ANPT



Procurador-geral do Trabalho recebeu a medalha na categoria Grande Cruz.

ANPT e procurador-chefe da MPT/PB participam de reunião da bancada federal da Paraíba

A bancada federal da Paraíba no Congresso Nacional, composta de 13 deputados e três senadores, reuniu-se dia 14 de agosto na Câmara dos Deputados para discutir as cinco emendas coletivas que a bancada tem direito de apresentar, conforme previsto no parecer preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da Paraíba (MPT/PB), Cláudio Cordeiro Queiroga Gadelha, participaram da reunião.

O coordenador da bancada, deputado Manuel Junior (PMDB/PB), abriu espaço, durante o encontro, para que o procurador-chefe do MPT/PB se manifestasse, ocasião em que esclareceu que o MPT/PB precisa de verbas orçamentárias para a construção das sedes próprias da PRT nos municípios paraibanos de Campina Grande e Patos.

Segundo o procurador, as construções das novas sedes são de extrema importância, tanto para os membros e servidores do MPT no estado quanto para a sociedade paraibana como um todo. Ele justificou o pedido argumentando que



Presidente da ANPT e procurador-chefe do MPT/PB em reunião da bancada federal da Paraíba

Foto: ASCOM/ANPT

a sede de Campina, que já passou por quatro reformas, não tem a estrutura adequada para comportar a demanda real da Procuradoria. O deputado Manoel Junior ressaltou considerar importante o pleito e solicitou que o procurador encaminhasse aos gabinetes dos parlamentares ofícios reiterando a reivindicação.

VISITA AOS PARLAMENTARES

Com o objetivo de intensificar a articulação política para obter verbas para construção das sedes das PTMs, o procurador Gadelha, juntamente com o presidente da ANPT, também já havia visitado no Congresso Nacional, dia 18 de julho,

alguns parlamentares para tratar do assunto, tais como o senador Vital do Rego Filho (PMDB-PB) e os deputados Hugo Motta (PMDB-PB) e Leonardo Gadelha (PSC-PB).

Segundo o presidente da ANPT, “é relevante que o MPT em Patos conte com sede própria, tendo em vista que já presta há vários anos relevantes serviços aos municípios que integram o sertão paraibano e região sem que tenha instalações adequadas”. Em relação a Campina Grande, ele destacou que “a sede atual foi instalada em 2006, quando só havia um procurador lotado na unidade, não comportando adequadamente o trabalho dos membros e servidores que lá trabalham atualmente”. **N**

Empossada nova diretoria do CNPG com a presença da ANPT

A nova diretoria do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG) tomou posse, dia 12 de agosto, em cerimônia realizada no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, acompanharam a solenidade. O CNPG passa a ser presidido pela procuradora-geral de Justiça do DF e Territórios, Eunice Pereira Amorim Carvalhido, durante o período 2013-2014.

Em seu discurso de posse, Eunice Carvalhido agradeceu a confiança de seus pares, lembrou o trabalho desenvolvido por seus antecessores e ressaltou a importância que o CNPG tem para o Ministério Público. A nova presidente também convocou os procuradores e promotores de Justiça a continuarem a luta por um Ministério Público melhor e por uma sociedade mais justa,



ressaltando a relevância do trabalho realizado pelas entidades de classe do MP, entre elas a ANPT, na defesa da instituição e de seus membros. “Os desafios são muitos e as barreiras a serem vencidas são íngremes”. **N**

CLUBE ANPT DE VANTAGENS

CLUBE ANPT DE VANTAGENS

Plataforma de Convênios

Atendimento
Clique e envie sua dúvida

A Suzuki Motos é a mais nova parceira da Dynamus Clube

Conheça nossa linha. Escolha a moto que combina mais com você!

Submarino
Associado Dynamus Clube aproveite os descontos exclusivos
R\$ 120 de desconto nas compras acima de R\$ 1.200

Sépha dynamus clube
Toda a loja com **10% OFF**
Juntos trazendo um mundo

O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço www.anpt.org.br, e clique no tópico “Espaço do Associado”. Em seguida, clique em “Convênios ANPT” e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.



SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1105 11º andar
Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br



“A falta de representantes do MP no Parlamento tem trazido grandes dificuldades para estabelecer o diálogo institucional”

A procuradora-geral de Justiça do MPDFT, Eunice Carvalhido, presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPNG), fala sobre os problemas enfrentados pelo MP contemporâneo e reforça a necessidade de união entre os ramos para o sucesso da instituição. Confira.

Em seu discurso de posse na presidência do CNPG, foi ressaltado que a sua atuação à frente da entidade será pautada com foco em temas de grande relevância para toda a sociedade, como saúde, educação e segurança. Como se dará esse trabalho e como entende que o Ministério Público pode contribuir nessa seara?

É preciso trabalhar para que expressão política de governo seja compreendida como política de Estado, pois, assim, o MP poderá tomar medidas que efetivamente promovam os referidos direitos, contribuindo, de forma decisiva, para o atendimento dos anseios da sociedade e afastando, definitivamente, a falsa ideia de que a Instituição Ministerial esteja intervindo na dimensão privativa do poder discricionário do Administrador Público.

Recentemente, por exemplo, na qualidade de presidente do CNPG, dirigi-me ao excelentíssimo senhor ministro de Estado da Justiça para postular a implementação dos projetos inseridos no Programa Brasil mais Seguro em determinada área do território nacional, para promover a segurança da população daquela comunidade que está exposta a risco de vida ou de sofrer lesões em sua integridade física, por coexistir com integrantes de organizações criminosas de alta periculosidade. Tal medida é um exemplo concreto da necessária intervenção do CNPG em temas de grande relevância para toda a Sociedade.

Como avalia este momento para o Ministério Público, principalmente no que diz respeito às tentativas de se enfraquecer o MP e de afronta às prerrogativas de seus membros?

É um momento particular e extremamente delicado. O MP brasileiro, contudo, sempre enfrentou obstáculos para exercer suas atribuições e fazer valer as prerrogativas de seus membros. Houve um tempo, não muito longínquo, em que o MP não tinha sequer suas prerrogativas formalmente reconhecidas para o desempenho de suas funções institucionais. Viviam com a espada na cabeça e enfrentava verdadeiras tempestades para permanecer no seu ofício.

Penso que essa passagem de tempo entre o velho e o novo marco legal tenha trazido ao MP dificuldades para encontrar o necessário equilíbrio na sua atuação. Tal circunstância, entre outras, como a pretensão de ver assegurada a impunidade, acabou ensejando o aparecimento de vozes que bradam para enfraquecer ou fazer calar o MP. Mas também surgiram vozes que aplaudem e defendem o atual *status* do MP brasileiro, cujos integrantes marcham sem temor na defesa da vida, da integridade corporal, do meio ambiente, do patrimônio público, do combate à corrupção e aos atos de improbidade administrativa, e de tantos outros valores que reclamam tutela e promoção. O certo é que uns o querem enfraquecido e outros o querem forte, a depender apenas do seu papel no palco da vida.

Em sua opinião, a que se devem as constantes proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que afetam diretamente o MP? Como vê uma atuação conjunta acerca de tais questões do CNPG em parceria com as Associações, a exemplo da ANPT?

Tenho a impressão que as reflexões acerca das indagações acima pon-

tuadas são um tanto suficientes para explicar essa avalanche de proposições legislativas em tramitação no Parlamento e que afetam diretamente o MP brasileiro. Afirmo, ainda, que tanto o CNPG como as entidades de classe do MP têm lutado incansavelmente para reverter o quadro atual.

É claro que ao contrário do CNPG, as associações têm mais liberdade para atuar, tanto que aquelas que congregam os membros do MPT (ANPT), do MPM (ANPM), MPDFT (AMPDFT) e MPF (ANPR), também se uniram a outras associações de classe, criando uma Frente Associativa e estão obtendo bons resultados no relacionamento com o Parlamento.

A bem da verdade, penso que qualquer entidade associativa ou qualquer procurador-geral de Justiça que opte por agir de forma isolada tem grande possibilidade de fracassar. Ou melhor, é quase certo que fracasse.

Qual sua opinião sobre a capacidade eleitoral passiva dos membros do Ministério Público?

Jamais concordei com a supressão da capacidade eleitoral passiva dos membros do Ministério Público, principalmente porque as razões que se apresentam para tanto, a meu sentir, não têm sustentação fática e jurídica sólidas.

Ao contrário de outras categorias, a falta de representantes do MP no Parlamento tem trazido grandes dificuldades para estabelecer o diálogo institucional, podendo ser a causa do travamento desse desejável diálogo, além de outros entraves, é claro. **N**

Inaugurada nova sede do Ministério Público do Trabalho em Goiás

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de inauguração da nova sede do Ministério Público do Trabalho de Goiás, em Goiânia, dia 1º de agosto. Ele destacou, em seu pronunciamento, que é uma honra para a Associação participar da inauguração de novas instalações do MP. Segundo ele, a nova sede propiciará melhores condições aos membros e servidores que lá laboram, bem como, de maneira especial, à sociedade que se vale dos relevantes serviços prestados pela unidade na defesa e na promoção dos direitos sociais.

Segundo ele, “a atuação desempenhada pelos membros em exercício na PRT-18 é reconhecida em todo o Brasil, muitas vezes servindo de paradigma para a atuação dos membros do MPT no País inteiro, merecendo destaque, dentre outras áreas, o relevante trabalho visando ao estabelecimento de condições adequadas de trabalho e, por conseguinte, o cumprimento de normas de segurança e saúde do trabalho no âmbito de empresas privadas e de órgãos públicos”, destacou ressaltando que “se cuidamos para que tais normas sejam observadas nos demais

órgãos e nas empresas, precisamos dar o exemplo em nossa casa, objetivo ao qual essas novas instalações se prestam com louvor, por propiciarem melhores condições de trabalho, de maneira

adequada e funcional, porém sem qualquer ostentação”, enfatizou, frisando, ainda, que “a nova sede da PRT-18 propicia sejam melhor atendidas as populações goianiense e goiana, já que é a sociedade a efetiva destinatária da atuação dos membros do MPT”.

Já o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Goiás, Januário Ferreira, disse que a nova casa é de todos: membros, servidores e sociedade. Ele homenageou cada ex-procurador-chefe do trabalho ao afirmar que a atuação de cada um deles contribuiu substancialmente para a nova sede.

A ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), parabenizou pela sede no MPT/GO e observou a importância do MPT brasileiro. Ela citou um evento internacional em que o MPT no Brasil foi citado como modelo para a inserção dessa atividade em mais de 140 países.

O procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, por sua vez, registrou o carinho que tem pela Procuradoria, que conta com a participação efetiva de todos os procuradores do trabalho e atua de forma homogênea em todo o estado. **■**

Fotos: PRT-Goiás



Descerramento da placa de inauguração



Azevedo Lima durante o seu pronunciamento

Empossado novo procurador do Trabalho com a presença da ANPT

Foi empossado no cargo de procurador do Trabalho, dia 29 de julho, Marcius Cruz da Ponte Souza. Ele está lotado no Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (PRT da 23ª Região). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que aconteceu no gabinete do procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo.

Na ocasião, Azevedo Lima disse que constitui sempre motivo de grande alegria e satisfação, bem como uma enorme honra, poder participar da posse de um novo membro da instituição. Ele ressaltou, ainda, a realização que proporciona o trabalho desempenhado pelos membros do MPT, dada a possibilidade de contribuição para modificação da realidade social que propicia. “A cada dia, com os resultados da nossa atuação na promoção e na defesa dos direitos sociais, podemos observar que esse trabalho pode fazer, e faz, efetivamente a diferença na vida de muita gente. Não podemos perder, em nenhum momento, a capacidade de nos indignarmos com as injustiças e com as ilicitudes e frau-

des praticadas a todo o momento e combatidas por meio de nossa atuação, a qual, não esqueçamos, é voltada sempre em benefício da sociedade, efetiva destinatária de toda essa atuação”, enfatizou. **■**



Posse no gabinete do procurador-geral do Trabalho

Foto: ASCOM/ANPT